

## REDES SOCIAIS NO COOPERATIVISMO DA CASTANHA-DO-BRASIL EM ÁREAS AGROEXTRATIVISTAS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ

Adalberto Carvalho Ribeiro<sup>37</sup>  
Tereza Ximenes<sup>38</sup>

### RESUMO

O artigo procura responder como se articulam duas organizações sociais agroextrativistas de natureza cooperativista em suas respectivas redes sociais. A unidade espacial de referência é a região Sul do Estado do Amapá, especificamente duas áreas ambientais protegidas, quais sejam: a Reserva Extrativista do Rio Cajari – RESEX Cajari, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS - I. Foi utilizado o método Análise de Redes Sociais – ARS. Os resultados apontam singularidades na articulação de cada uma das cooperativas em suas respectivas redes.

**Palavras-chave:** redes sociais, capital social, organizações sociais agroextrativistas.

### ABSTRACT

The article addresses how to articulate two social organizations agroextrativistas of a cooperative in their respective social networks. The spatial unit of reference is the southern state of Amapá, specifically two protected environmental areas, namely: the Extractive Reserve of Rio Cajari - RESEX Cajari and Sustainable Development Reserve of Rio Iratapuru - RDS - I. We used the method Analysis of Social Networks - ARS. The results point singularities in the articulation of each cooperative in their respective networks.

**Key-words:** social networks, social capital, social organizations agroextrativistas.

---

<sup>37</sup> Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/UFPA. Docente/pesquisador da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email [adalberto@unifap.br](mailto:adalberto@unifap.br).

<sup>38</sup> Doutora em Sociologia. Docente/pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Email [tereza\\_anae@ufpa.br](mailto:tereza_anae@ufpa.br).

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos de redes sociais têm apontado o conceito de capital social como um suporte teórico importante para a compreensão dessa problemática (FONTES; EICHNER, 2004; MARTELETO, 2001). A construção teórica da categoria capital social tem apresentado duas principais vertentes: 1) Uma denominada de foco político porque desvenda as assimetrias existentes na obtenção dos recursos sociais (BOURDIEU, 2004a); 2) a outra, chamada de foco utilitarista que parte do pressuposto de que relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social (COLEMAM, 1988). Entretanto, não se pode afirmar sobre a existência de uma teoria do capital social. Apesar dos avanços ocorridos, sobretudo a partir dos anos 1990, o que se pode inferir é que um novo paradigma (DURSTON, 1999; 2000) está em construção a partir dos estudos do capital social.

Não obstante, vários pesquisadores têm se dedicado ao tema enfrentando questões relacionadas à pobreza nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (WOOLCOK;NARAYAN, 1998), desempenho institucional de regiões (PUTNAM, 2002), análises de caráter macro para países (FUKUYAMA, 1996), relações com o conceito de ação coletiva (OSTROM;AHN, 2003) e estudos no campo do campesinato (DURSTON, 1999; 2000).

O objetivo do presente trabalho é compreender e explicar: como se articulam as cooperativas agroextrativistas COOPERALCA e COMARU nas suas respectivas redes de relações sociais?

Para a melhor compreensão das relações sociais da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA) e da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) foi admitido o conceito de capital social individual a partir dos estudos de Durston (2000). A vantagem deste conceito é que permite comunicação com a compreensão de Bourdieu, bem como possibilita verificar relações assimétricas existentes nas redes ego-centradas<sup>39</sup> dos atores pesquisados. Uma das formas de manifestação de capital social individual (ou coletivo) é quando laços sociais se baseiam na cooperação, confiança e reciprocidade podendo surgir a partir daí trocas que melhorem a vida das pessoas/atores (físicas ou jurídicas). “A confiança, a reciprocidade e a cooperação, em redes de relações, constituem as instituições sociais do capital social, recursos que podem contribuir para o desenvolvimento produtivo e para o fortalecimento da democracia de determinada região, comunidade ou agrupamento social”. (RIBEIRO, 2008).

---

<sup>39</sup> Esta terminologia será explicada no próximo item.

A confiança individual é uma atitude que se baseia no comportamento que se espera dos outros. A presença ou ausência de confiança deriva não de uma programação rígida proveniente de culturas ancestrais, mas da repetição de interações com outras pessoas. Confiar implica na disposição de entregar o controle de bens próprios a outro ou outrem. Mesmo num mundo de riscos e incertezas, os indivíduos necessitam confiar em alguém e estabelecer relações de capital social.

A reciprocidade é o princípio fundamental que rege as relações institucionais formais e informais de uma comunidade (MAUSS, 2001). Em toda e qualquer sociedade, relações entre pessoas se consolidam por meio de numerosas interações, que potencialmente se estenderão no futuro. Em comunidades pequenas, como é o caso aqui explicado, essas relações tendem a dar-se entre as mesmas pessoas e famílias em todos os âmbitos e em todas as instituições da vida humana (religiosa, jurídica, política e econômica).

A cooperação, por sua vez, é uma ação complementar orientada para lograr objetivos compartilhados de empreendimentos comuns. Resulta da interação frequente entre diversas estratégias individuais. O conceito está sustentado na teoria dos jogos que postula que a cooperação pode ser fomentada pela repetição de situações a fim de que os atores possam confiar ou trair um ao outro. Também pode emergir como uma consequência não-planejada da evolução interativa – ou co-evolução – de distintas estratégias dos múltiplos agentes.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia de redes sociais foi composta pela seguinte ferramenta de investigação: Análise de Redes Sociais – ARS, com a utilização do *software* UCINET<sup>40</sup> (BORGATTI; EVERETT; FREMAN, 2002) que gerou os dois sociogramas.

Redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAEL; MARTELETO, 2006).

---

<sup>40</sup> UCINET é um programa que apresenta características similares a outros programas que funcionam com base no sistema operativo do Windows. Ele permite criar matrizes quadradas onde se introduzem as informações nas linhas e colunas. Para cada linha e coluna são lançados valores idênticos. Por exemplo: na matriz quadrada, primeiro se informa os nomes dos atores nas linhas para depois na mesma sequência, os mesmos nomes serem informados nas colunas. Feito isto se introduz as informações para as relações entre os atores. Deu-se o valor 1 para a existência de relação e o valor 0 para ausência dela. A partir daí, o programa gera tabelas específicas bem como gera os sociogramas.

Cuando se habla de una Red, se entiende como um grupo de individuos que, em forma agrupada o individual, se relacionan com otros com um fin específico, caracterizado por la existência de flujos de información (VELAZQUES ALVAREZ; NORNAN, 2005).

A análise de redes não constitui um fim em si mesma. Ela é o meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar que a forma de rede é explicativa dos fenômenos analisados. Uma rede não se reduz a uma simples soma de relações. A sua forma exerce uma influência sobre cada relação. É uma abordagem que permite conhecer as interações entre qualquer classe de indivíduos partindo de dados de tipo quantitativos e qualitativos. Envolve um conjunto de atores (os pontos, nós entre os agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações). As redes podem ter muitos ou poucos atores e uma ou mais classes de relações entre pares de atores.

Os analistas de redes sociais utilizam dois tipos de ferramentas para representar informações sobre padrões de relações entre atores sociais: sociogramas e matrizes. Sociogramas (ou gráficos) são diagramas de redes que permitem a visualização de uma dada estrutura social provenientes de informações geradas a partir de uma matriz. Matrizes são conjuntos quadrados de elementos dispostos em linhas horizontais (filas) e verticais (colunas) onde se introduzem informações para geração de gráficos ou de sociogramas. O programa UCINET permite a utilização dos dois tipos de ferramenta.

Para Castells (2007, p. 565) as redes - embora tenham existido em outros tempos e espaços - são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, poder e cultura.

De acordo com Bourdieu (2007, p.31) "Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo".

Nas redes, as pessoas ou as organizações estão presas em alianças, conflitos e balanços flutuantes de poder cujas características nem sempre são fáceis de perceber. A ferramenta eletrônica que esta pesquisa utilizou demonstra como as redes das cooperativas pesquisadas se encontram e como estão entrelaçadas com os demais atores.

O ponto de partida para utilização do UCINET foi à identificação de organizações sociais<sup>41</sup> agroextrativistas criadas para fomentar o desenvolvimento das atividades produtivas da castanha-do-brasil – *Bertholettia Excelsia* – no Sul do Estado do Amapá.

De acordo com os objetivos da pesquisa foram identificadas duas organizações:

1) COOPERALCA, localizada na comunidade de Santa Clara do Cajari, sendo a única cooperativa de castanheiros da Reserva Extrativista do Rio Cajari - RESEX Cajari; e

2) COMARU, localizada na Vila São Francisco do Iratapuru, única organização jurídica existente na vila. A comunidade fica no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS-I, mas é considerada a sua porta de entrada.

O passo seguinte foi identificar um rol de organizações que, nos últimos quatro anos, estiveram ou estivessem ainda envolvidas, direta ou indiretamente, com as atividades econômicas da castanha-do-brasil e se relacionado ou se relacionando com COOPERALCA e COMARU.

A análise de documentos e relatórios permitiu a elaboração de uma lista geral contendo 44 (quarenta e quatro) organizações. Foi identificado o tipo de cada uma delas e criado um perfil genérico com a caracterização externa/interna. A lista foi previamente apresentada aos dois presidentes das cooperativas quando da aplicação dos formulários.

A partir dos formulários que detectou as redes específicas das cooperativas obtiveram-se as suas “redes ego-centradas” (assim chamadas exatamente pelo fato de terem sido constituídas a partir da declaração dos seus dirigentes). Pela análise delas será possível perceber como se manifesta o capital social individual (DURSTON, 2000).

Este tipo de enfoque puede resultar muy efectivo para obtener un formulario de datos relacionales de poblaciones grandes e puede combinarse con enfoques basados em los atributos [...] puede darnos una imagen buena e fiable de los tipos de redes [...] en los quais se encuentra insertos individuos [na pesquisa, as organizações] [...] Tales datos pueden ser muy utiles para entender las oportunidades y restricciones que tienen los individuos, como resultado de la

---

<sup>41</sup> Por organizações sociais entendam-se pessoas jurídicas, públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais.

forma em la que éstan inserto em sus redes. (HANNEMAN, 2000, p. 14).

As listas que surgiram das entrevistas com as duas cooperativas mostram que a COOPERALCA indicou 18 (dezoito) organizações e a COMARU relacionou 14 (quatorze), de acordo com o quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Org. relacionadas por COOPERALCA e COMARU

<b>Relação da COOPERALCA</b>	<b>Relação da COMARU</b>
1 ADAP AP	1. COGNIS
2 ASTEX / CA	2. EFAP PACIU AP
3 CNS AP	3 IEPA AP
4 CNPT AP	4 IMAFLORA
5 EFAEX CARVAO	5 NATURA
6 EFAEX-MA	6 SEICOM AP
7 FETAGRI	7 SEMA AP
8 SEAF/GEA	8 SINTRA LJ
9 MMA – Brasília	9 EMBRAPA AP
10 OCEAP AP	10 BASA Santana AP
11 IEPA AP	11 SEBRAE AP
12 MDA AP	12 FUNDAÇÃO ORSA
13 PMMZ	13 FSC BRASIL – certificador
14 PMLJ	14 COOP – Consultoria
15 IBAMA AP	
16 SEMA AP	
17 UNB PROJETO USINA	
18 SEICOM	

Fonte: Ribeiro (2008)

Aplicou-se o mesmo formulário às organizações relacionadas (aos seus dirigentes ou chefes de departamentos, mas no geral a pessoa indicada pelos Diretores Presidentes entrevistados) e dessa forma foi possível gerar os sociogramas.

A análise dos sociogramas se concentrou em dois aspectos: 1) os nós que representam os atores – as organizações e 2) as linhas/setas que representam as relações unidirecionais ou bidirecionais. A análise foi centrada nas relações entre os atores e não nos atores individuais.

Para efeitos de distinção e de análise de poder foram considerados os atributos de cada ator. Por exemplo: entre um órgão como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e uma entidade privada como a Associação da Escola Família Agrícola do Pacuí – EFAP/Pacuí é possível haver forças de poder diferenciadas.

Com a ferramenta UCINET dados quantitativos e qualitativos são gerados. Como se mostrará, adiante serão caracterizados três tipos de capital social: 1) o capital social de ligação baseado na rede interna das organizações agroextrativistas, 2) o capital social de ponte que pode, dependendo do caso, ser relacionado tanto a rede interna quanto externa, e 3) o de conexão com base na rede externa das organizações.

Além do programa UCINET a pesquisa utilizou também técnicas etnográficas como a realização de entrevistas estruturadas com os presidentes das cooperativas, visitas in loco, conversas informais com cooperados, observação e escuta. Elas complementam o conjunto de dados obtidos e foram muito valiosas para a compreensão geral do problema aqui proposto.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO - AS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS**

A região dos castanhais do Amapá tem grande importância econômica e ambiental na região Sul do Estado. Nessa área foram criadas modalidades de áreas protegidas, como o Assentamento Agroextrativista Maracá, a Reserva Extrativista do Cajari e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Das três, neste artigo, são unidades de referência do estudo as duas últimas citadas.

Com a criação das reservas muitos projetos, tanto para organização social como para desenvolvimento produtivo – de geração de emprego e renda – foram desenvolvidos por Organizações Não-governamentais (ONGs) ambientalistas e por governos. A região com o movimento socioambiental em favor das reservas, e após a criação delas com ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável passou e passa por processos socioambientais mais dinâmicos, ainda que sem grandes impactos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades agroextrativistas.

As áreas estudadas foram transformadas em reservas num momento em que as autoridades brasileiras pretendiam responder a preocupação mundial com os problemas ambientais, bem como à pressão interna dos movimentos sociais. Em 1990, foi criado na esfera federal a Reserva Extrativista do Cajari (RESEX Cajari), e

no ano de 1997 no âmbito estadual, o governo criou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS – I).

A região Sul do Amapá está marcada historicamente pelo ciclo da borracha que ocorreu em toda a Amazônia e foi explorada por esse modelo desde meados do século XIX. É a partir desse período que lentamente vai se formar o campesinato amapaense, com características parecidas com a formação do “campesinato caboclo” (COSTA, 2000) que se deu em toda a região Norte. Outro fato marcante, é que sua história também se mistura com a implantação do Projeto Jari.

Pode-se dizer que no caso da região sul amapaense, e principalmente dentro das áreas ambientais, a formação do campesinato adquiriu características próprias devido a vários fatores. Um deles é o próprio isolamento geográfico do Estado do Amapá. Outro, é que a unidade familiar camponesa estudada, embora pratique uma atividade familiar policultural (COSTA, 2005), tem grande preferência pelo extrativismo. Sua agricultura é de subsistência e preferencialmente (quase exclusivamente) do cultivo da mandioca, principal componente de sua dieta alimentar.

Até meados dos anos de 1980 esse camponês amapaense manteve uma relação parcial, mas muito precária, com o mercado e o instituto do aviamento clássico, com pequenas mudanças, estava ainda muito presente na região.

A presença do Estado praticamente só ocorre com a criação das áreas ambientais, sendo que a partir dos anos 1990 influenciando fortemente as comunidades para o associativismo e cooperativismo.

O cooperativismo tem tido muitas dificuldades para cumprir com seus objetivos organizacionais. A COOPERALCA, a organização mais jovem, fundada em 2001, é a que passa por mais dificuldades. A COMARU se apresenta com melhor situação, mas a comunidade da Vila São Francisco do Iratapuru foi a que passou por transformações mais radicais em relação a todas as comunidades investigadas. Foram mudanças muito rápidas e com saltos abruptos que gerou alguns traumas na Vila São Francisco, como por exemplo, a expulsão de famílias e o incêndio criminoso da fábrica de biscoito da cooperativa.

As unidades familiares, portanto, se reproduzem com a forte influência do extrativismo da castanha-do-brasil. A Figura 1 demonstra muito claramente a relação do mato de castanhas com os espaços sociais pesquisados.

Embora existam similaridades culturais, geográficas e ambientais existem também muitas singularidades decorrentes da formação histórica e da intervenção de agentes públicos e privados em cada área. A seguir, caracterizar-se-á cada uma delas de *per si*.

Todavia, é importante registrar que a criação das áreas protegidas obedece a um fluxo de movimento de relações globais-locais e locais-globais cujo maior



fundamento se baseia na concepção do desenvolvimento sustentável. O Estado do Amapá também foi influenciado pelo movimento socioambiental que ocorreu com maior visibilidade no Estado do Acre. As alianças no Amapá se deram de várias formas e em vários níveis. A participação das comunidades agroextrativistas, principalmente de grupos de lideranças a elas vinculadas foi fundamental para a formatação do desenho espacial social existente atualmente.

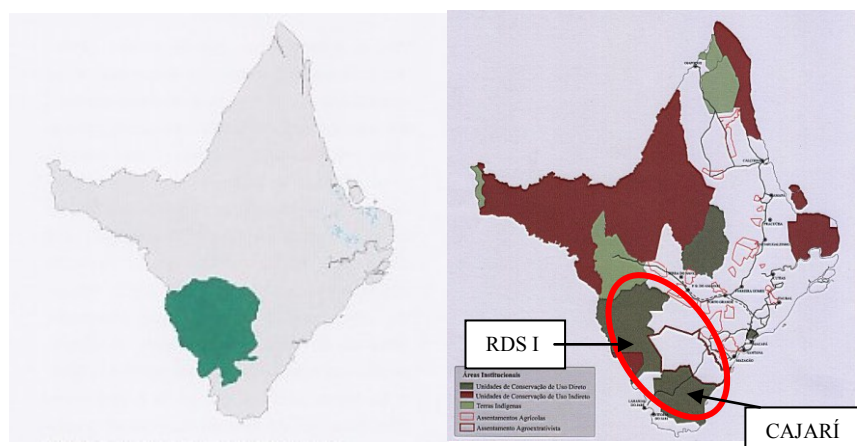


Figura 1. Relação do maciço dos castanhais com as áreas ambientais.  
 Fonte: Rabelo et al (2002). Adaptado pelo autor.

### 3.1 RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ.

A Reserva Extrativista do Rio Cajarí é a terceira maior reserva extrativista do país e abrange terras dos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. Possui duas vias de acesso, uma pela BR -156 e outra por via fluvial. Os limites naturais da reserva são os rios Ajuruxi – município de Mazagão; rio Amazonas; rio Matauaú – município de Vitória do Jarí; e Igarapé Santo Antônio – município de Laranjal do Jarí (SILVA, 2007).

Foi criada em março de 1990 e sua área é de aproximadamente 481.650 hectares. Não há dados atualizados quanto a sua população. Lima (2000) estima que em 1999 fossem cerca de 3.639 habitantes para quase 700 famílias. Benjamim (2004) informa que em 2000 a quantidade de habitantes residentes na reserva era de 5.136 pessoas, conforme os números que encontrou na Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/AP). Em 2006, Calixto Pinto de Souza, uma das lideranças

da RESEX disse em entrevista a Agência Brasil que aproximadamente 1.600 famílias vivem na área<sup>42</sup>.

Sua área pode ser dividida em três ecossistemas fundamentais: alto, médio e baixo Cajari (este incluindo a região dos lagos do Ajuruxi). Nas matas de terra firme do alto Cajari, o principal produto é a castanha-do-brasil, nos campos alagados do médio e baixo o palmito de açaí, e na região dos lagos o pescado.

Especificamente na região do alto Cajari, sub-região diretamente afetada pelas atividades econômicas da castanha-do-brasil, pode-se estimar que existam aproximadamente, a partir da comunidade de Sororoca até a comunidade de Martins<sup>43</sup> de 190 a 200 famílias. A Figura 2 mostra a área da RESEX Cajari. O corte em vermelho representa a BR -156 localizando as comunidades citadas acima. No canto superior esquerdo encontra-se o setor de amortecimento da reserva nos pontos chamados Centro Novo<sup>44</sup> e Centro dos Macacos.

---

<sup>42</sup> Notícia veiculada na Agência Brasil de autoria de Juliana Andrade, do dia 26.07.2006, as 17:08 horas.

<sup>43</sup> São sete comunidades ao todo: Sororoca, Santa Clara, São Pedro, Água Branca do Cajari, Açaizal, Marinho e Martins, localizadas ou nas margens da BR -156, ou a poucos quilômetros dali.

<sup>44</sup> Boa parte das unidades familiares da comunidade de Santa Clara detém posses de castanhais na localidade denominada Centro Novo. Segundo o Sr. Sebastião Rodrigues de Souza, o "Sabazinho", Gerente de Produção da COOPERALCA, a produção de castanha-do-brasil do Centro Novo é de aproximadamente 4.500 hectolitros por safra.

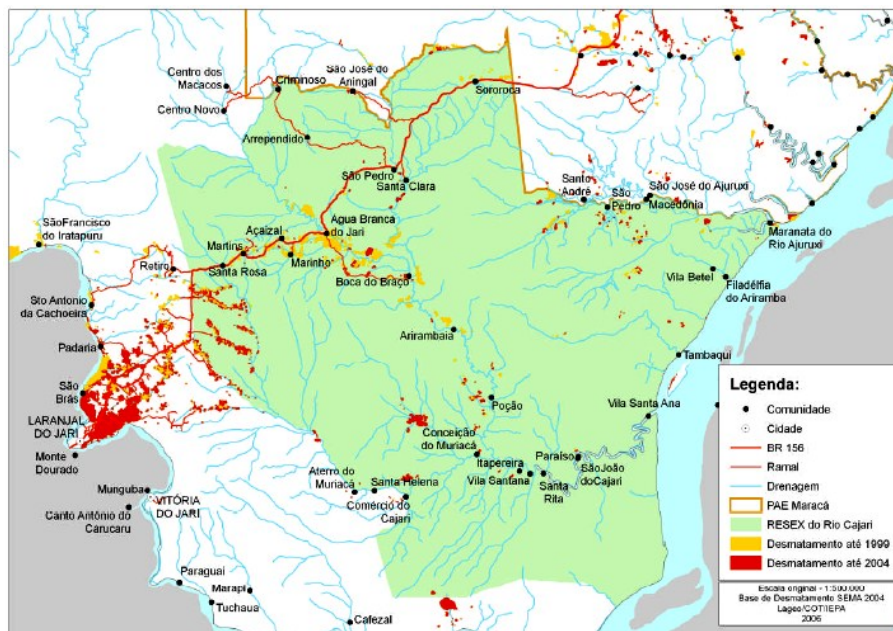


Figura 2 – RESEX Cajari.  
Fonte: Filocreão (2007)

### 3.2 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO IRATAPURÚ

A RDS – I foi criada em 11.12.1997 por intermédio da Lei n. 392 do governo do Estado do Amapá. É a segunda do país nessa modalidade e se destina a proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, tendo se destacado o extrativismo da castanha-do-brasil. Sua área total se estende pelos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari.

A criação dessa modalidade teve como inspiração a RDS de Mamirauá (BARBOSA, 2001). Sua área total é de 806.184 hectares correspondentes a 6.174,80 km<sup>2</sup>, administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/AP.

O rio Iratapurú, o curso d'água de maior importância, corta integralmente a reserva no sentido Norte/Sul e constitui a principal via de transporte das áreas dos castanhais até a vila São Francisco do Iratapurú<sup>45</sup> localizada na sua foz.

<sup>45</sup> Será chamada também de Vila São Francisco ou de Iratapurú.

Geograficamente a vila São Francisco encontra-se no entorno da reserva, a aproximadamente 40 km do município de Laranjal do Jarí, mas ela é a comunidade<sup>46</sup> reconhecida pelas autoridades públicas como beneficiária de políticas públicas voltadas a RDS.

A vila fica localizada a 45 km do município de Laranjal do Jarí e seu acesso, atualmente ocorre por dentro da área de plantio da empresa Jarí. Após atravessar de balsa ou catraia<sup>47</sup> utiliza-se 43 km de estrada de chão até a margem do rio Jarí, no local denominado “Porto Sabão”. Daí até a vila o transporte é fluvial, em catraia, demorando algo em torno de vinte minutos. A Figura 3 demonstra a localização espacial da vila São Francisco. O recorte na cor azul são os contornos da reserva (no caso, de parte dela). Em letras brancas, ao lado dos pontos em amarelo, são as várias colocações de onde se explora e coleta a produção da castanha-do-brasil.

A RDS – I faz limites ao Norte pela Terra Indígena Waiapi; ao Sul pelo rio Jarí e pelas terras de propriedade da empresa Jarí Celulose; a Leste, pela encosta da Serra do Iratapurú e pelo Assentamento Agroextrativista do Maracá; e a Oeste, pelo rio Jarí, sendo que a sudoeste encontra-se a porção amapaense da Estação Ecológica do Jarí. Esta delimitação penetra extensões variadas de terras dos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari (BARBOSA, 2001).

---

<sup>46</sup> Um pouco abaixo da vila São Francisco, no rio Jarí, estão localizadas as comunidades de Santo Antônio da Cachoeira e Padaria que também têm fortes vinculações econômicas com o extrativismo da castanha-do-brasil. Contudo, desde o início dos esforços para a fundação da COMARU e criação da RDS – I foi à população residente da vila São Francisco a que se envolveu com esses trabalhos. Também são os moradores do Iratapurú os únicos a possuírem castanhais dentro da área demarcada da RDS – I.

<sup>47</sup> Pequena embarcação movida a motor HP, variando em potência, que faz transporte diário de passageiros entre Monte Dourado e Laranjal do Jarí e vice-versa.

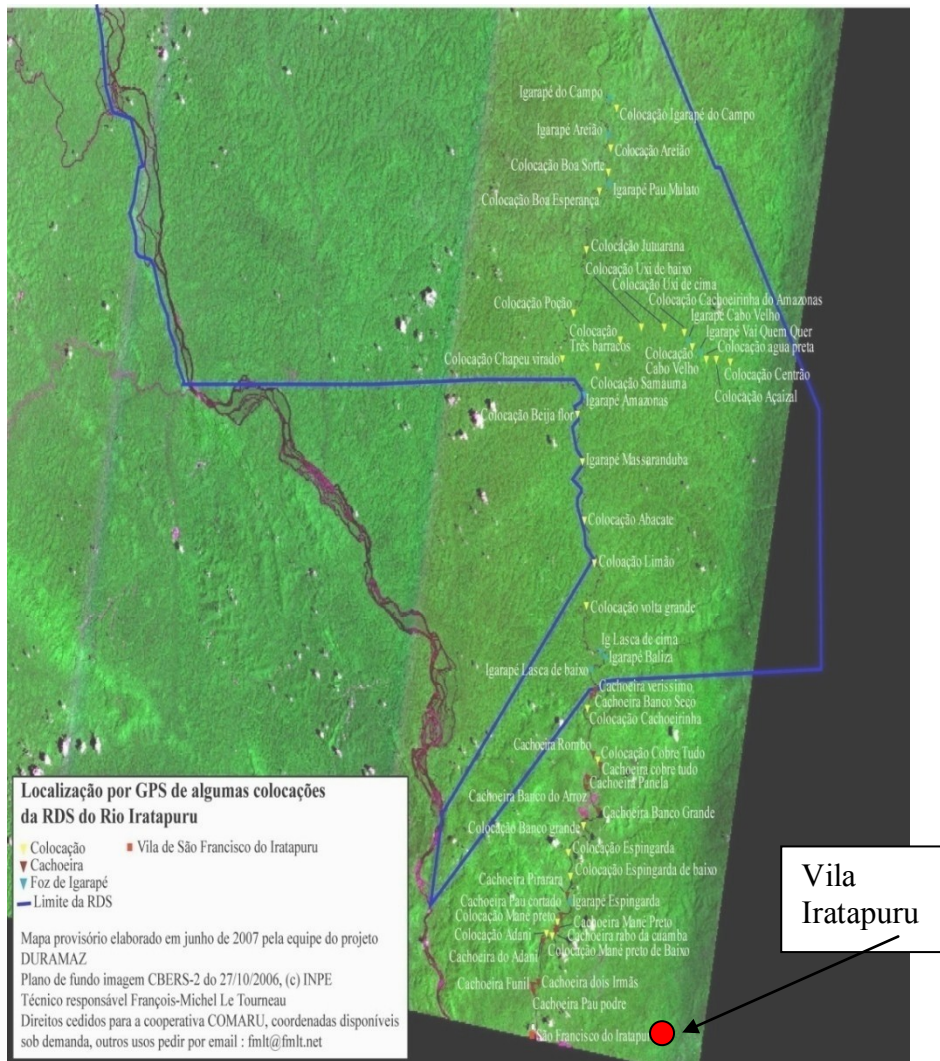


Figura 3 – Loc. da vila S. Francisco. Foz do Rio Iratapuru

Fonte: COMARU (2007)

Segundo JGP (2000) e Filocreão (2007), quanto à vegetação, a RDS – I pode ser caracterizada em três áreas, todas com predominância de floresta de terra firme:

1. Porção Central e Norte. Recoberta predominantemente por floresta de terra firme de alto porte, com domínio de castanha-do-brasil na forma de núcleos

- emergentes, ocorrendo estreitos enclaves de florestas de várzea nos terraços fluviais;
2. Borda do Planalto de Maracanaquara. Dominado por florestas de terra firme de alto porte com dossel pouco estratificado e florestas de terra firme de baixo porte, com alta frequência de heliófilas, associadas a topos e encostas de relevo acidentado, além de um enclave pontual de floresta de baixo porte associada a refúgios rochosos, denominados de “carrascos”;
  3. Reverso do Planalto Maracanaquara. Com ocorrência de florestas de terra firme de alto porte com castanheiras dispersas no estrato emergente, além de encaves de campinarana, de campos herbáceos periodicamente inundáveis, e de áreas alteradas, na foz do rio Iratapuru, onde se situa a vila e num trecho na margem do rio Jarí.

A presença de maciço de castanhais é o que chama atenção como principal recurso florestal, além da complexa biodiversidade existente. Os estoques mais representativos da RDS – I são áreas de castanhais geologicamente consideradas mais antigas (AMAPAZDS, 2004). No alto rio Iratapuru estão os grandes castanhais largamente distanciados entre si, destacando a área circunvizinha do Igarapé Amazonas<sup>48</sup>.

O rio Iratapuru<sup>49</sup> nasce na Serra do Tumucumaque, no interior da Terra Indígena Waiapi, e deságua no rio Jarí, a montante da Cachoeira de Santo Antônio e a jusante do Chafariz quase em frente a Serra do Britador. Caracteriza-se por apresentar muitos desníveis e grande potencial em recursos pesqueiros.

Amapazds<sup>50</sup> (2004), com base nas informações dos moradores da vila chegou a seis períodos sobre o histórico ocupacional, desde os anos 1880 até os dias atuais, conforme o quadro 2.

---

<sup>48</sup> Por ocasião da pesquisa empírica o autor esteve no Igarapé Amazonas por 3 dias na colocação denominada “Cachoeirinha” cujo dono é o Sr. Manoel Rodrigues Pessoa, o Gordinho, localizada a 100 km, a montante, da vila São Francisco do Iratapuru e a 80 m de altitude. São várias as colocações exploradas nesse igarapé.

<sup>49</sup> O percurso ao alto rio Iratapuru chega à distância de 250 km atravessando-se 23 trechos encachoeirados. É o local onde se localizam as colocações e para onde vão os agroextrativistas na safra da castanha-do-brasil habitando em retiros temporários por dois a quatro meses. A presença de animais é abundante o que facilita em muito a caça.

<sup>50</sup> Empresa de consultoria contratada pela Natura que realizou estudo denominado “Diagnóstico Local Participativo Plano Comunitário de Desenvolvimento Iratapuru Sustentável”, em 2004.

QUADRO 2 – Ocupação do Rio Iratapuru

N.	NOME	PERIODO	CARACTERISTICAS
01	Tempo do Pau	1880-1950 70 anos	Aviamento e relações de endividamento entre patrões e fregueses. Ocupação de todo o rio para exploração da borracha e da castanha. População oriunda das ilhas do Pará. Patrão era José Júlio de Andrade.
02	Tempo dos Portugueses	1948-1967 19 anos	Venda das terras de José Júlio para um grupo de portugueses. Continuou a exploração da borracha e da castanha, de outros produtos extrativistas e de agricultura. Chegada a Iratapuru dos antecessores dos atuais moradores. Estabeleceram-se na beira do rio em colocações de seringa até 1967.
03	Tempo do Ludwig	1967-1990 25 anos	Terras foram vendidas para o empresário norte-americano Daniel Ludwig, que criou a Companhia do Jarí. O Rio Iratapuru ficou esvaziado e a maior parte dos extrativistas foi trabalhar nas novas vilas abertas, Beiradinho e Beiradão. Os direitos sobre as colocações definiram-se nessa época.
04	Tempo da COMARU e da Vila	1990-1992 2 anos	Algumas famílias que permaneceram morando no rio decidiram-se reunir na Boca do Iratapuru, criar uma cooperativa e aos poucos as famílias organizaram uma pequena vila e buscaram o apoio para implantar infraestrutura. Foi criada a Comaru, que atraiu outras famílias dando origem a Vila de São Francisco do Iratapuru.
05	Tempo da criação da RDS	1997	Em 1997 foi criada a RDS do rio Iratapuru pelo governo do Estado incluindo a maior parte das colocações de moradores. A área ocupada pela vila foi deixada de fora.
06	Tempo atual	1990-2004 14 anos	Desde 1990, a comunidade administra os recursos naturais da RDS, implantou escola e melhorias de infraestrutura, fábrica e comercialização de produtos pela cooperativa. A partir de 2001 iniciou parceria com a Natura.

Fonte: Amapazds (2004)

## 4. REDES SOCIAIS: SINGULARIDADES E CONEXÕES DAS COOPERATIVAS AGROEXTRATIVISTAS DA REGIÃO DOS CASTANHAIS AMPAENSES

### 4.1. A rede social da COOPERALCA e suas conexões

A rede social ego-centrada da organização agroextrativista COOPERALCA está configurada conforme o diagrama 1.

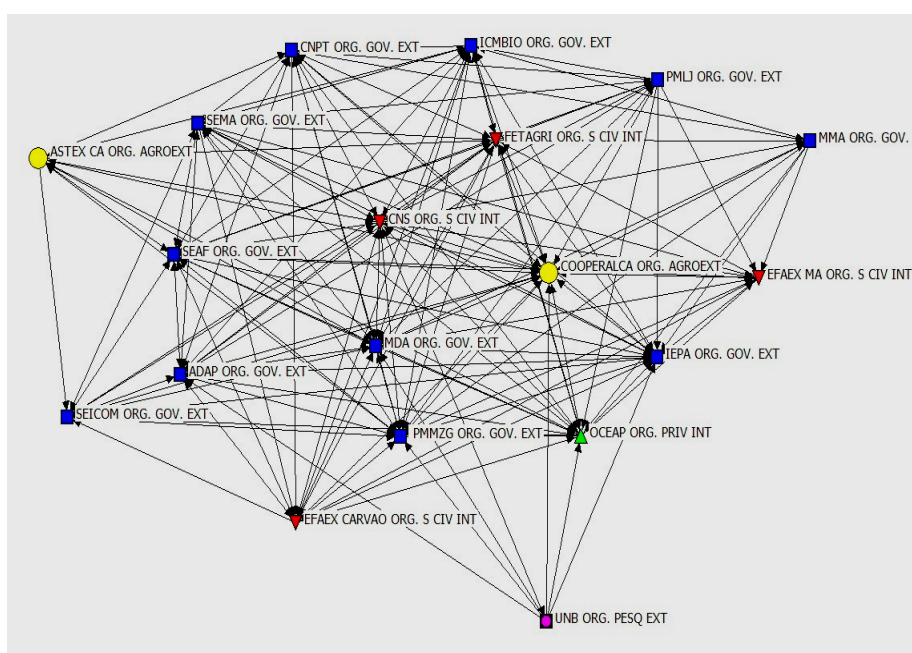


Diagrama 1 - Sociograma - Rede Social da COOPERALCA

Fonte: RIBEIRO (2008).

O sociograma acima indica a existência de 19 (dezenove) atores na rede com 226 (duzentos e vinte e seis) relações estabelecidas, entre unilaterais e bilaterais, de 342 possíveis. Pode-se dizer que se trata de uma rede com boa conectividade, pois ela se constitui em 66,08% do total. Além da presença da COOPERALCA verifica-se a presença da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Cajari na cor amarela; 1 da iniciativa privada – Organização das Cooperativas do Brasil - OCEAP, na cor verde; 1 organização de pesquisa – UnB, na cor vinho; 4 organizações consideradas da sociedade civil, em vermelho; e chama atenção o número expressivo de 11 organizações vinculadas a governos, na



cor azul, destacando-se a presença do Ministério do Meio Ambiente – MMA. As demais estão no âmbito estadual.

A rede social da COOPERALCA mostra a ausência das outras cooperativas da região – COMAJA e COMARU, bem como sua completa dependência dos organismos governamentais das três esferas públicas, que representam 57,89% do conjunto de atores. Por outro lado, estão presentes organizações da sociedade civil, mas ausente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jarí (SINTRA/LJ) (uma das organizações que pode ser importante para o agroextrativismo do sul do Amapá).

A única organização vinculada à iniciativa privada – OCEAP, não tem caráter empresarial senão de assessoria para matérias de natureza cooperativista. A Universidade de Brasília – UnB consta da rede porque tem realizado pesquisas sobre cooperativismo no Sul do Estado do Amapá, portanto, não se trata de um ator que contribua significativamente com a rede ego-centrada da COOPERALCA.

A estratégia da COOPERALCA, por meio das relações, é buscar no poder público todas saídas possíveis para cumprir com as finalidades da organização, o que parece ser mais difícil porque a cooperativa tem obrigações muito mais de caráter comercial e empreendedor do que social (os órgãos de governo têm estado mais suscetíveis ao atendimento de demandas das associações). Os dois órgãos públicos mais afeitos aos objetivos da cooperativa são a Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP, com quem tem realizado pequenas parcerias<sup>51</sup> e a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Amapá SEICOM/AP, mas esta tem se mantido distante nas relações com a cooperativa porque, ao que parece, tem outras prioridades.

Também chama atenção o distanciamento com a ASTEX/CA que mesmo sendo uma importante organização agroextrativista do alto Cajari não tem grande participação na rede da COOPERALCA. Aqui, se revelam possivelmente as disputas e rivalidades entre lideranças rurais, o que ocasiona algo do tipo “cada um cuida do que é seu”.

A rede social da COOPERALCA tem uma diversidade de participantes pouco relevantes, mas que poderiam ajudar a incrementar a cooperativa. Além da presença do MMA, tem duas instituições de pesquisa, uma Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e uma organização da iniciativa privada que lida com assessorias e consultorias para o cooperativismo.

---

<sup>51</sup> No ano de 2008 a única injeção de capital realizada na COOPERALCA adveio de projeto realizado junto a ADAP para a aquisição de processamento de 300 hectolitros de castanha-do-brasil referente a safra daquele ano.

Em relação ao tamanho, trata-se de uma rede social com 19 atores, abrangendo organizações locais estaduais, tanto públicas quanto representantes da sociedade civil, mas com a presença de um ator externo que é o MMA.

A institucionalização de normas de decisão para esta rede praticamente inexistiu devido todas as dificuldades que a COOPERALCA atravessa desde a sua fundação em 2001. Por causa disso, os níveis de confiança na cooperativa, para as transações comerciais, ficam completamente afetados pelas dificuldades que ela tem de arregimentar a produção de castanha-do-brasil dos seus próprios cooperados. Estes têm preferido comercializar com os pequenos patrões<sup>52</sup> reforçando o sistema local das atuais formas de aviação.

#### **4.2. A rede social da COMARU e suas conexões**

A rede social da COMARU revela aspectos completamente diferentes se comparado a COOPERALCA. São 15 atores ao todo com 122 relações estabelecidas de um total possível de 210. O percentual das relações estabelecidas representa 58,09% do universo máximo.

Nesta rede, são 7 (sete) organizações sociais vinculadas a iniciativa privada – em cor verde, todas externas, sendo 2 de âmbito estadual – a agência do Banco da Amazônia do município de Santana/AP e o SEBRAE/AP, e 5 de fora do Estado do Amapá – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC BRASIL), Cognis do Brasil – Indústria Química (COGNIS), Natura Cosméticos S/A (NATURA) e Consultoria Organizacional e Planejamento Participativo COOP, esta última empresa de consultoria contratada pela COMARU para a procura de novos mercados e para assistência à cooperativa. Este grupo representa 46,66% das relações de toda a rede, sem contar com a Fundação ORSA. O diagrama 2 mostra uma rede social muito peculiar em relação ao quadro geral constante da região sul do Estado do Amapá.

O sociograma mostra a presença de apenas 2 organizações da sociedade civil com destaque para o SINTRA/LJ. Nota-se um ator vinculado ao terceiro setor – Fundação ORSA, em cor azul celeste. O CNS/AP está fora da rede da COMARU. Além disso, a presença de organizações vinculadas a governo pode ser considerada modesta com apenas 3 atores vinculados a órgãos públicos, todos estaduais:

---

<sup>52</sup> Não sem razão. Sem capital de giro a COOPERALCA depende de agentes externos para funcionar. Os chefes das unidades familiares não têm a mínima certeza se a cooperativa vai operar ou não. Isto é, a COOPERALCA ainda não se estabeleceu enquanto empreendimento.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA), SEICOM e Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA).

A presença de atores públicos representa apenas 20% do total de atores da rede, enquanto que a presença de atores vinculados à iniciativa privada é 53.33% se for considerada a presença da Fundação ORSA.

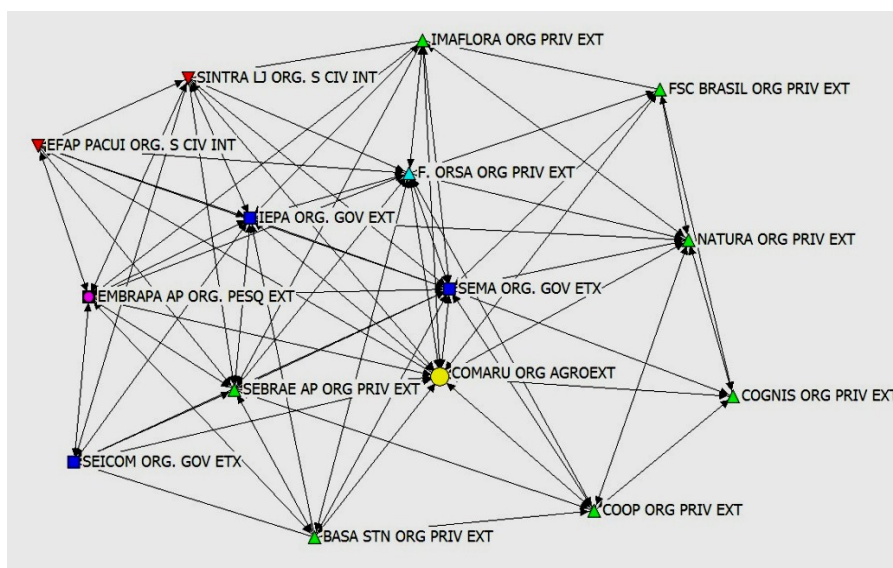


Diagrama 2 - Sociograma – Rede Social da COMARU  
Fonte: Ribeiro (2008)

A grande qualidade dessa rede é que ela está vinculada a muitos atores da iniciativa privada, sendo a maioria de fora do Estado do Amapá. Não obstante, esses atores fazem parte de um mesmo grupo e objetivo. Eles se vinculam a COMARU por causa do contrato de fornecimento de óleo de castanha entre a cooperativa e a empresa de cosmético NATURA. Todo o agrupamento fica condensado em ações voltadas para atender os requisitos da relação comercial entre COMARU e NATURA, fazendo a rede perder a aparente força que tem. Noutras palavras, se a empresa de cosméticos sair da rede, sérias dificuldades passará a ter o empreendimento coletivo da Vila São Francisco do Iratapuru.

Contudo, a estratégia da COMARU se revela importante para um empreendimento com as suas características: contratou empresa de consultoria e assessoria – COOP, conta com a ajuda e apoio de uma fundação sem fins lucrativos – Fundação ORSA, realizou contratos com agência bancária – BASA/STN tem

relações com a EMBRAPA/AP, e principalmente se escora no grupo de atores privados garantidores da compra do óleo da castanha-do-brasil. O foco da cooperativa está realmente no quesito relações comerciais.

O sociograma da rede social ora analisada mostra COMARU e SEMA como sendo os atores mais bem posicionados. Assim é porque em se tratando de uma RDS o papel da Secretaria de Meio Ambiente se torna muito importante. Por outro lado, ao contrário da outra área protegida que é cortada pela BR-156, a RDS dista 45 km do município de Laranjal do Jarí. Geralmente, a entrada na comunidade carece de autorização prévia emitida pela SEMA em Macapá ou por seu técnico residente em Laranjal do Jarí e responsável por ações referentes à reserva. Esse “isolamento” geográfico da RDS permite a SEMA controlar e saber quem visita a Vila São Francisco do Iratapuru, porta de entrada da RDS.

A rede da COMARU, embora em tamanho não seja tão grande, se apresenta com uma diversidade de participante maior que a anterior. Em tamanho é menor que a COOPERALCA, mas seu raio geográfico é significativo. É a única que atinge atores externos e mercados de subprodutos do Produto Florestal Não-madeireiro (PFNM) castanha.

Desde 2004 reiterados contratos para entrega do subproduto óleo têm sido assinados com a empresa de cosméticos. Isto dá à rede, e a COMARU, a capacidade de institucionalizar normas de decisão, formais, por meio de termos cartoriais e contratuais com a entrega das quantidades comercializadas. As próprias unidades familiares associadas à cooperativa precisam cumprir regras decorrentes da certificação dos castanhais advindas das relações com o IMAFLORA. Por exemplo: pessoas de fora da comunidade do Iratapuru contratadas para a coleta da castanha-do-brasil devem necessariamente assinar contratos no âmbito do SINTRA/LJ com as unidades familiares contratantes. A rede, portanto, tem um arranjo muito mais complexo que a outra.

#### **4.3. Comparando as redes sociais das cooperativas agroextrativistas**

Com base nos dados acima e com informações advindas das técnicas etnográficas é possível comparar as redes sociais ora analisadas. Além das razões estruturais, razões de trajetória histórica podem explicar as diferenças marcantes entre as configurações de cada rede social dessas cooperativas.

#### **COOPERALCA e COMARU**

A COMARU foi fundada em 1992 enquanto a COOPERALCA em 2001. A primeira recebeu apoio decisivo do governo estadual no período 1995-2002 que

implementou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá. A segunda recebe pouco apoio financeiro local, mas o Projeto RESEX garantiu a construção do prédio e a aquisição da estrutura de maquinários. As duas passaram por gestões que tiveram suas lideranças afastadas por acusações de desvios de recursos.

Na COMARU a castanha-do-brasil transformou-se em subproduto como biscoito, óleo, torta e paçoca. Na COOPERALCA a castanha é apenas secada transformando-se na modalidade *dry*. Na primeira todos os cooperados moram na Vila São Francisco do Iratapuru. Na segunda, os cooperados estão distribuídos por aproximadamente 12 comunidades do alto Cajari. As duas dependem de motores geradores de energia para funcionarem seus maquinários e cumprirem seus contratos.

Nas duas regiões existe a presença dos patrões locais que praticam as diversas formas de aviação, mas na COMARU a parceria permanente com a NATURA consegue estimular as unidades familiares a contratar com a cooperativa parte da produção da castanha-do-brasil. A COOPERALCA não tem compradores permanentes para sua produção porque não tem como garantir se vai entregar a quantidade do produto contratado. No alto Cajari as unidades familiares, geralmente, estão com boa parte da produção vindoura já contratada com os patrões e a outra parte que sobra não pode ir para um negócio duvidoso e continua nas mãos dos mesmos compradores.

No alto Cajari os patrões locais se profissionalizaram e as unidades familiares sentem o “ataque” deles mais de perto. Na Vila São Francisco do Iratapuru o comerciante de Laranjal do Jari não está presente com a mesma intensidade e não houve o mesmo nível de profissionalização com especialização de intermediários.

As redes sociais dessas cooperativas têm, portanto, traços singulares. Enquanto que a COOPERALCA continua se relacionando exclusivamente com órgão de governos locais, exceção feita à ação pontual com o MMA, a COMARU de 2004 até o presente momento se apegou à parceria com a NATURA e conectou sua rede com atores da iniciativa privada, externos, de fora do Estado do Amapá. A COOPERALCA tende a buscar o apoio das organizações sociais, em especial do CNS/AP para conseguir suprir com suas dificuldades reivindicatórias. A COMARU está afastada de organizações com este tipo de caráter e busca apoio em organização do terceiro setor, na Fundação ORSA.

A COOPERALCA participa do Conselho Deliberativo da RESEX Cajari o que lhe proporciona relações com a ASTEX/CA, por exemplo. A COMARU, não participa do Conselho da RDS – I porque este só existe formalmente, o que faz esta cooperativa ficar ainda mais isolada das discussões regionais sobre agroextrativismo. A rede social da COOPERALCA é para dentro do Estado do

Amapá. A rede social da COMARU é para fora, mas limitada à relação com um ator ou com um grupo de atores vinculados à iniciativa privada.

Evidencia-se, assim, que o capital social de ligação da COOPERALCA é limitado, porque ela é a única instituição de caráter empresarial na rede. A presença da OCEAP não tem lhe trazido grande apoio, excetuando-se a participação do CNS/AP. O capital social de ponte tem tido pouco impacto porque os atores governamentais locais têm dificuldades para atender demandas comerciais da cooperativa, exceção feita para a ADAP. Este ator vem realizando contratos com a cooperativa, mas sem grandes efeitos para os objetivos da COOPERALCA. Já o capital social de conexão é praticamente inexistente porque não aparece nenhum ator externo, de fora do Estado do Amapá, que possa inovar os aspectos estruturantes da cooperativa. A relação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) não é permanente.

Quanto a COMARU, sua trajetória histórica lhe projetou nacionalmente ainda que como objeto de *marketing* do PDSA. Contudo, essa trajetória lhe rendeu muitos processos inovadores. O capital social de ligação desta cooperativa é praticamente inexistente uma vez que ela não se relaciona com organizações tidas como suas iguais. O capital social de ponte tem se revelado interessante e se realiza por meio dos atores governamentais locais, em especial com a SEMA e em menor termo com o SEBRAE e de maneira específica com a Fundação ORSA, em ações de apoio empresarial. O destaque da rede social da COMARU é para o capital social de conexão, significativo, onde mantém laços fracos capazes de inovar a estrutura da cooperativa. São essas relações que podem proporcionar inovações que garantam mudanças estruturais para a COMARU. Não obstante, o capital social de conexão é limitado porque se restringe ao atores que estão gravitando em torno da NATURA.

A comparação acima comprova, para as finalidades destas organizações agroextrativistas que 1) as relações na estrutura da rede social da COOPERALCA se mostram muito limitadas, com pouca cooperação e dificuldades de gestão, e 2) que a COMARU se estrutura numa rede mais cooperativa e de mais fácil gestão. Como tais redes são do tipo ego-centrada, as cooperativas têm influência direta nos moldes de como tais estruturas se apresentam. O capital social da COMARU rende mais na Vila São Francisco do Iratapurú do que o capital social da COOPERALCA no alto Cajari.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas à pergunta formulada na introdução deste trabalho devem considerar o conjunto de variáveis históricas e socioambientais explicitadas para que se possa entender como se articulam as cooperativas agroextrativistas COOPERALCA e COMARU nas suas respectivas redes de relações sociais. As evidências com fundamento no conceito de capital social individual revelaram o seguinte:

- Em relação à COOPERALCA ela procura muitos atores, mas parece ter pouco prestígio na sua rede ego-centrada. Talvez, por se tratar de uma cooperativa, localizada numa reserva ambiental federal e com objetivos comerciais restritos ao processamento de castanha *in natura* para a modalidade *dry*, suas dificuldades se tornem ainda maiores. O IBAMA não tem muita tradição no apoio a ações de natureza cooperativista e de empreendedorismo. Depois do Projeto RESEX em 1999, mesmo com a criação do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBIO), nenhuma ação de apoio ao cooperativismo da castanha-do-brasil foi praticada por órgãos federais, salvo ações pontuais da EMBRAPA/AP. A cooperativa tem uma rede de bom tamanho e centra suas estratégias nas parcerias com as organizações públicas governamentais de âmbito estadual. São 19 atores para 226 relações. Sua densidade é de 66,08% em relação ao total possível não podendo ser considerada baixa. Contudo, não registra conquistas coletivas significativas. Excetuando a construção do prédio físico, a aquisição dos maquinários para o processamento da castanha, em relação à capacidade gerencial e administrativa de fazer o empreendimento caminhar as dificuldades são muito grandes. Até mesmo para reunir os cooperados em torno da organização tem sido muito difícil. Noutras palavras, apesar de uma rede social com muitos atores e com 226 vínculos, isto não tem se traduzido em conquistas coletivas para a cooperativa. Além disso, no alto Cajarí formas variadas de aviamento estão muito bem estabelecidas.
- A COMARU registra 15 atores na rede com 122 relações, o que representa 58,09% do universo possível com menor densidade, portanto. Ao contrário da outra, a COMARU centrou suas estratégias em relacionar-se com organizações da iniciativa privada e de fora do Estado do Amapá. A rede da cooperativa, com menor densidade, registra conquistas coletivas importantes para a comunidade que representa.
- A COMARU a partir de 2004 e das relações com a NATURA, vem se articulando com um grupo de atores constituído pelas relações com a

empresa de cosméticos. Trata-se de uma experiência inovadora e potencialmente relevante para melhorar as condições de vida de comunidade rurais agroextrativistas da Amazônia. Contudo, a COMARU depende apenas desse parceiro comercial, o que evidencia o risco da relação por se tratar de uma espécie de exclusividade.

Nas redes sociais ego-centradas das cooperativas estudadas, como ficou comprovado, existem diferentes desempenhos. As considerações de Coleman (1988) ajudam na explicação desses fenômenos: diferenças de estruturas sociais, necessidades concretas que levam a interação social, existência de fontes alternativas de recursos, grau de afluência dos recursos, capacidade de gestão que pessoas têm para obter ajuda, redes sociais coesas, e logística dinamizadora dos contatos sociais. Todos esses fatores influenciam no ganho de recursos das associações e cooperativas pesquisadas e eles ficaram relativamente esclarecidos durante a caracterização dos processos organizacionais que se deram e se dão nas três sub-regiões.

Por outro lado, lembrando Bourdieu (2004b) as relações sociais são possibilidades de indivíduos ou grupos obterem recursos. Para ele, as relações podem contribuir mais ou menos dependendo da qualidade e da quantidade desses recursos que portam os atores pertencentes a uma dada rede social. Não obstante, é preciso não esquecer que os recursos da rede estão nos outros, e não no próprio ator, e precisam estar disponíveis.

De um modo geral, as estruturas sociais dessas cooperativas demonstraram que elas estão em posição de desvantagem para o atendimento de suas demandas produtivas porque nem sempre, apesar de relações estabelecidas (e, às vezes, com muitos contatos), o recurso está disponível. O ator procurado não disponibiliza o ativo social (o capital social) que dispõe porque não tem interesse, não confia ou não pode disponibilizar porque também tem suas próprias limitações.

Em relação COOPERALCA à explicação para procurar mais atores parece ser exatamente as dificuldades pelas quais passa. Existe relação entre pouco desempenho e a procura por muitos atores, por mais parceiros, por soluções.

Sem dúvidas, as cooperativas têm se movimentado e quando reunidas condições específicas de forma sinérgica há boas possibilidades para o fortalecimento do cooperativismo da região dos castanhais do Estado do Amapá.

No caso da comunidade do Iratapuru ficou caracterizado o quanto às mudanças podem ter influenciado nos processos de disputas internas pelo poder em torno da cooperativa. O projeto coletivo da Vila São Francisco do Iratapuru está constantemente sendo posto à prova. Até o presente momento, as disputas entre as



famílias e as rivalidades existentes, não foram capazes de obstruir as formas cooperativistas que se manifestam nas práticas comunitárias.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA BRASIL. Produtores de Reserva Extrativista do Amapá reivindicam plano local de manejo. Notícias Ambiente Brasil. Entrevista de Juliana Andrade. Disponível em: < <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia> >. Acesso em: abr 2006.

AMAPAZds, Arquitetura, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. Plano Comunitário de Desenvolvimento Iratapuru Sustentável. v. I e II. 2004. Digitado.

BARBOSA, Larissa Ribeiro. Conservação da biodiversidade e gestão participativa na Amazônia: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (Amapá-Brasil). Paris: HOLOS, 2001, 88 p. Mimeografado.

BENJAMIN, Aldrin Mario da Silva. Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias produtivas na reserva extrativista do Rio Cajari, Sul do Amapá. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Estudo em Agricultura Familiar, Universidade Federal do Amapá, Belém. 2004.

BORGATTI, S. P; EVERETT, M; FREEMAN, L. UCINET 6 for Windows software for social networks analysis – USER'S GUIDE. 2002.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. Pierre Bourdieu. Escritos de Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2004. 247 p.

\_\_\_\_\_, Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Afrânio. Pierre Bourdieu. Escritos de Educação. 6 ed. Petrópolis: Vozes. 2004. 247 p.

\_\_\_\_\_, O poder simbólico. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 2007. 698 p.

COLEMAM, James. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, v. 94, p. 95-120, 1988. Suplemento.

COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária da Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém. UFPA.NAEA. 2000. 355 p.

\_\_\_\_\_, Formação agropecuária da Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém. UFPA.NAEA. 2000. 355 p.

DINIZ, Janaina Deane de Abreu Sá. Estudo exploratório da cadeia produtiva da castanha do Brasil no Amapá. Brasília: 2003, p. 59. Mimeografado.

DURSTON, John. Qué es el capital social comunitario? Revista Políticas Sociales. n. 38, p. 1-41. CEPAL. Santiago. Jul 2000.

\_\_\_\_\_, El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural. Diadas, equipos, puentes y escala. Revista Políticas Sociales, n. 69, p. 1-168. Santiago. 1999.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Ed. 70. 2005. 202 p.

\_\_\_\_\_. Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Tese. 534 f. (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. 2007.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior.; EICHNER, Klaus. A formação de capital social numa comunidade de baixa renda. Revista hispana para el análisis de redes sociales, v. 7, n. 2, p. 14-29. 2004.

FUKUYAMA, Francis. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco.1996. 455 p.

HANNEMAN, Robert A. Introducion a los métodos del analisis de redes sociales. Disponível em: <  
<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html> >. Acesso em: abr 2006.

JPG, Consultoria e Participação Ltda. Diagnostico de sustentabilidade do processo de produção de óleo extraído da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*): Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru-Amapá. São Paulo: 2000, 36 p.

LIMA, Débora de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA. Belém, v.2, n.2, p.5-32. 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Analises de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. Revista Ciência da Informação. Brasília, v. 30, n. 1. p. 71-81, jan-abr 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: introdução de Claude Levi-Strauss. Lisboa: Edições 70. 2001. 199 p.

OSTROM, Elinor. Acción colectiva y derechos de propiedad para el desarrollo sostenible. Comprender la acción colectiva. Punto de Enfoque II. Resumen 2 de 16. Fev 2004.

OSTROM, Elinor.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. Revista Mexicana de Sociologia. v. 65, n. 1, p. 155-233. 2003.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002. 257 p.

RABELO, Benedito et al. Macrodiagnostico do Estado do Amapá. Primeira Aproximação do ZEE. Equipe Técnica do ZEE/AP. Macapá: IEPA, 2002, 140 p.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá. Tese. 294 f. (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. 2008.

SILVA, José Bittencourt. Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas. 2007. 374f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento

Sócio Ambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará-NAEA. 2007.

TOMAEL, Maria Inês.; MARTELETO. Redes sociais: posições dos atores no fluxo de informação. Revista Ciência da Informação. Florianópolis. n. especial. 2006.

VELAZQUES ALVAREZ, Alejandro O; GALLEGOS NORNAN, Aguilar. Manual introductorio al análisis de redes sociales. Ejemplos prácticos com UCINET 6.85 y Netdraw 1.48. Junio 2005.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. Revista Ambiente & Sociedade. ISSN 1414-753X. No prelo. Texto aceito para publicação. Junho 2008. 23 p.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. Capital social: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo. Development Reseach Group The World Bank. Disponível em: < [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org) >. 1998. Acesso em: mar 2006.

## POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964

Ernelo Schallenberger<sup>53</sup>  
Iara Elisa Schneider<sup>54</sup>

### RESUMO

Este artigo pretende analisar, através de um estudo de caso, como as políticas de colonização adotadas pelo governo em diferentes conjecturas políticas influenciaram na colonização e no desenvolvimento de certas regiões. Para tanto, será analisada a região Oeste do Paraná, cuja colonização esteve inserida no projeto de colonização e nacionalização das fronteiras denominado de "Marcha para Oeste" arquitetado pelo governo Getúlio Vargas, a partir de 1930, e foi efetivada por companhias colonizadoras particulares, atendendo aos anseios do capital, de inserir novas áreas à economia nacional e de garantir a soberania nacional, através da ocupação das áreas de fronteira. Assim, pretende-se analisar se após a instauração do regime militar, em 1964, houve alguma mudança nas formas de gerir o desenvolvimento regional e no que havia sido proposto quando da colonização da área em 1930.

**Palavras-chave:** Políticas de colonização, fronteiras agrícolas, desenvolvimento regional.

### ABSTRACT

This article intends to analyze, through a case study, as the colonization politics adopted by the government in different conjecture politics influenced in the colonization and in the development of certain areas. For so much, the area West of Paraná will be analyzed, whose colonization was inserted in the colonization project and nationalization of the borders denominated of "Marcha para Oeste" built by the government Getulio Vargas, starting from 1930, and it was executed by companies private, assisting to the longings of the capital, of inserting new areas to the national economy and of guaranteeing the national sovereignty, through the occupation of the border areas. Like this, it intends to be analyzed after the beginning of the military regime, in 1964, there was some change in the forms of managing the regional development and in what it had been proposed when of the colonization of the area in 1930.

**Key-words:** Politics Colonization, agricultural borders, regional development.

---

<sup>53</sup> Doutor em História pela PUCRS; professor do CCHS e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE. e-mail: erneldo@uol.com.br.

<sup>54</sup> Socióloga; mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE. e-mail: iaraschneider19@yahoo.com.br.